

O interesse de tal realização nem precisaria aqui de ser sublinhado. Pode dizer-se que pela primeira vez no nosso país se encontraram para apresentar o resultado das suas investigações e dos seus programas de trabalho e para debater problemas da sua especialidade alguns dos investigadores que se ocupam do estudo da história portuguesa do século passado. Pena foi que os limites de tempo não permitissem mais ampla discussão dos temas tratados e bem assim a participação de investigadores estrangeiros que se têm debruçado também sobre o século XIX português ou sobre questões com ele relacionadas.

O Colóquio terminou com um debate acerca dos problemas que a investigação sobre a história portuguesa oitocentista suscita. Assim, abordaram-se, entre outras questões, a deficiente organização dos arquivos e bibliotecas, a sua falta de funcionalidade e mesmo até, em certos casos, a sua inacessibilidade. Falou-se ainda do grave problema da conservação de documentos, que correm o risco de se extraviar ou deteriorar. Finalmente, referiu-se ainda a necessidade de constituir uma associação de investigadores dedicados ao estudo do século XIX ou, pelo menos, de criar os meios necessários para facilitar a troca de informações entre os estudiosos deste período. Para já, decidiu-se organizar uma lista com os nomes dos diversos investigadores e respectivas áreas científicas de interesse.

Logo, o Colóquio sobre o Século XIX em Portugal constituiu um êxito, que é justo assinalar, e os seus organizadores devem ser louvados pela sua iniciativa. Oxalá esta realização se possa repetir no futuro com as correcções necessárias que a tornem ainda mais produtiva. Para tal, porém, terá de haver mais amplos apoios financeiros por parte do Estado e dos institutos de cultura, pois os colóquios e congressos no âmbito das ciências humanas, que se tornam tão necessários para a actualização dos investigadores portugueses, não podem contar, como acontece noutros ramos científicos e técnicos, com o apoio das empresas privadas, que visam os lucros que daí podem auferir.

Luis Reis Torgal

JORNADAS SOBRE PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Numa organização da Revista Praxis e da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto — Cooperuni — e contando com um vasto conjunto de participantes, decorre-

ram nos dias 27, 28 e 29 de Abril último as «Jornadas de Estudo sobre Portugal Democrático», uma iniciativa tanto mais de assinalar, quanto foi capaz de trazer ao diálogo variadas contribuições e análises sobre a sociedade portuguesa pós 25 de Abril, tão escassamente debatida até hoje.

Numa formação social situada na «convergência de duas crises qualitativamente diferentes» — a da própria sociedade portuguesa e a do capitalismo internacional — a problemática económica constituiu-se em assunto de abertura daquelas jornadas. No conjunto das intervenções e na mesa redonda que integraram este tema, uma questão acabou por estar sempre, implícita ou explicitamente, presente — a de um modelo de desenvolvimento para Portugal.

A esse propósito, um aspecto houve que, significativamente, foi chamado a terreno por vários participantes — o Plano a Médio Prazo para 1977-80 e o seu fracasso. Foi, aliás, nestes termos, que um colectivo, de que foram relatores A. M. Figueiredo e M. Miranda, situou o novo modelo como alguma coisa a construir na «prática de uma estratégia». Reflectindo sobre as insuficiências e as contradições das correntes mais marcantes da esquerda portuguesa, propuseram como meios de intervenção a «gestão» (superação) das assimetrias regionais e sectoriais, isto é, o alargamento/descentralização do próprio quadro democrático capaz de implementar um novo modelo de produção e repartição. A política de saúde seria um exemplo de como se assumiria a gestão dessas assimetrias.

A análise do passado recente e a configuração dos parâmetros concretos que o balizaram e daqueles que se prefiguram no horizonte da evolução portuguesa (um deles, evidentemente, a CEE) dominaram a mesa redonda em que participaram Manuela Silva, F. Pereira de Moura, Amílcar Pina e Torres Campos.

Foi, aliás, nesta sede que mais se formulou a ideia de que a instabilidade do poder político subjaz de forma expressiva à constatada ausência de um modelo económico, à impossibilidade de realização do Plano a Médio Prazo e, afinal, às perspectivas futuras, em que a adesão à CEE tem vindo a ser o ponto dominante.

Carlos Costa, ao intervir sobre o processo de liquidação das organizações corporativas da lavoura, mostrou igualmente a preocupação em analisar esse processo concreto à luz das possibilidades que se vislumbraram de constituição de um modelo de desenvolvimento para a agricultura portuguesa. Mas o resultado, por via do imediatismo político do poder, das suas hesitações e contradições, foi o reforço do desenvolvimento desigual do sector, à custa do pequeno e médio campesinato, da

melhoria dos níveis de emprego e do aproveitamento dos recursos naturais.

O tema da agricultura seria retomado numa mesa redonda em que, a par de investigadores da questão agrária em Portugal, participaram também actuais e antigos responsáveis pela política agrícola portuguesa (Manuel Villaverde Cabral, Pedro Hespanha, Vítor Louro, Abílio Dinis Silva e Manuel Rodrigues). O debate incidu basicamente sobre o papel do sector agrícola no processo de desenvolvimento e sobre as consequências, para o mesmo sector, da integração no Mercado Comum. Se, acerca da primeira questão, houve consenso quanto ao carácter inerte da agricultura portuguesa e à incapacidade de definição de uma política adequada à sua mobilização, já no que toca à «responsabilidade» de tal situação, as intervenções divergiram, quer no sentido de que é aos agricultores, e só a eles, que cabe o esforço de recuperação, dada a inoperância das políticas ou do político, quer no sentido de que os dados estruturais da nossa agricultura e as relações com os outros sectores apontam para uma agudização da crise agrícola portuguesa que escapa à boa vontade e à diligência da gente do campo. A busca de uma solução alternativa encontra-se contudo condicionada pela futura adesão ao Mercado Comum, a qual foi vista ora como um «mal necessário» do qual haverá que obter o bem possível (ou seja, retirar o máximo partido das hipóteses favoráveis, nomeadamente, quanto ao regime de transição e apoios), ora como um passo arriscado a merecer sérias reservas, na base das consequências desastrosas para a componente maioritária do sector agrário português — o campesinato — descrendo-se dos «milagres» que possam ser conseguidos à mesa das negociações, ou com a liberalidade da PAC, cujo carácter altamente selectivo e economicista é conhecido. A nota dominante, de qualquer forma, é a necessidade de alargar a discussão da integração e das suas consequências, despida, tanto quanto possível, dos preconceitos políticos e ideológicos, ancorando-a numa análise rigorosa dos mecanismos por que se rege a sociedade e a economia portuguesas e da relação que vai ligar ou opor Portugal aos seus parceiros da Europa.

A posição de Portugal no mundo capitalista seria, ainda, a óptica escolhida por Daniel Bessa para analisar o processo inflacionário português. Este não é afinal explicável, nem pelos excessos de moeda ou da despesa, nem pela elevação dos salários ou subida dos preços dos produtos importados, nem tão pouco pela desvalorização da moeda ou mesmo pela especulação em face das expectativas inflacionárias. Na sua perspectiva, a inflação é um fenómeno regido pelas leis do funcionamento

do modo de produção capitalista à escala mundial e o nível inflacionário, em cada país, tem a ver com o seu grau de desenvolvimento e poder económico e, daí, com o lugar ocupado na estrutura hierarquizada das economias capital dependentes, o que permitiria compreender a persistência do fenómeno perante as medidas de política cujo objectivo é actuar sobre as referidas «causas».

Maria Isabel Soares, sobre política energética, e Eduardo Sousa Ferreira, analisando as migrações de mão-de-obra no quadro de uma Europa em crise e com baixos níveis de crescimento, completaram o tratamento do tema sobre a economia portuguesa.

No último dia dos trabalhos, Sérgio Lopes referir-se-ia às lutas urbanas em Portugal (1974-76), procurando validar, à luz da experiência portuguesa, a hipótese teórica de M. Castells, pela qual a agudização das contradições no campo dos consumos colectivos, em situações de capitalismo monopolista, actua como trampolim da intervenção estatal nos domínios que escapam à lógica do lucro individual.

Em si já contraditória, como evidenciam os trabalhos de C. Offe, J. O'Connor ou E. O. Wright, entre outros, esta intervenção estatal permite a S. Lopes, sustentando-se, agora também, em experiências ocorridas em Itália, França, Inglaterra e outros países capitalistas centrais, concluir, a partir duma referência ténue ao caso dos moradores do Porto, que o Estado português se assume, a partir de 25 de Abril, como o eixo fundamental em redor do qual gravitam as lutas urbanas, debilitado que está o segundo eixo do sistema — o movimento operário.

Esta posição do Estado como «patrão da vida quotidiana» estaria também presente na intervenção de Vítor Matias Ferreira, ao debruçar-se sobre a sociedade portuguesa, a «anarquia social» e a institucionalização do político, sobretudo quando, na esteira de A. Touraine, define o Estado pós 11 de Março como o «actor central da mudança social». Basicamente fundamenta a sua posição no «corte» entre a sociedade civil e o Estado — uma herança com raiz no Estado salazarista —, na «anarquia social» anterior ao 11 de Março — ausência de mecanismos de integração político-institucional — e na rigidez política e autoritarismo militar do Estado.

Se S. Lopes corre o risco, aliás legítimo, de analisar a formação social portuguesa pelo contraste, isto é, procurando encontrar naquilo que ela não é, aquilo que pode ser, V. M. Ferreira, ao apostar na «relação de exterioridade» vivida pelas massas populares face a essa «coisa abstracta» que é o Estado,

roça um certo instrumentalismo na análise do político, habitualmente reduzido à questão de saber porque é que o Estado serve os interesses da classe capitalista e à resposta de que assim é porque é controlado por ela. Nesta perspectiva, não sendo o Estado a *concretização* da sociedade, não se estranha o recurso a uma certa leitura «autonomista» do processo social em que o Estado deverá justificar a sua materialidade noutra parte, que não a das relações sociais antagónicas.

Na mesa redonda que encerraria estas Jornadas, António Reis trataria, em termos gerais, da cultura, à qual mesmo a estratégia económica deve estar subordinada e não está, donde seja, no pior sentido, entendida como objecto residual. Miriam Halpern Pereira procuraria elaborar um «ensaio histórico» de algumas manifestações culturais posteriores ao 25 de Abril, com destaque para as Campanhas de Dinamização Cultural e de Alfabetização. Jacinto Rodrigues destacou o fenómeno cultural numa reflectida retrospectiva histórica do marxismo e, finalmente, Boaventura de Sousa Santos privilegiou o tratamento da diade cultura popular/cultura de massas, questionando sobre o papel, conflituoso em si, do intelectual numa estratégia cultural anti-capitalista, credora de um «esforço organizado de resistência colectiva» e o único capaz de rejeitar a reprodução «quase natural» da ideologia burguesa.

Carlos Fortuna
José Reis
Pedro Hespanha

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O MOVIMENTO DOS NÃO-ALINHADOS

Promovido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em colaboração com o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), decorreu em 18 e 19 de Janeiro último, naquela Faculdade, um seminário sobre «O Não Alinhamento — Relações Internacionais e o Movimento dos Não-Alinhados».

Orientado por Luís Moita e com cerca de centena e meia de participantes, ali se debateram as fases do desenvolvimento histórico e o conteúdo das posições do Movimento dos Países Não Alinhados, em redor das grandes questões políticas, económicas e culturais.